

# PREFÁCIO

Este terceiro e último volume responde a uma aposta e a uma pretensão. Aposta e pretensão conferem-lhe um sentido. Retomando a feliz expressão de Wolfram Eberhard<sup>1</sup>, intitulei-o *O tempo do mundo*, seguramente um belo título, se bem que prometa mais do que poderei dar.

A aposta é a confiança que deposito num recurso tão amplo quanto possível à história, desta vez tomada no seu desenrolar cronológico e nas suas diversas temporalidades. Como se deixar levar por ela, segundo suas tendências e pelas suas lógicas, fosse recorrer à prova das provas para confirmar ou infirmar as investigações anteriores dos dois primeiros volumes desta obra. Uma aposta, como se vê, mesclada a uma certa pretensão, a de que a história seja capaz de se apresentar ao mesmo tempo como uma explicação — uma das mais convincentes — e como uma verificação, na verdade a única situada fora das nossas deduções abstratas, das nossas lógicas *a priori*, fora até das armadilhas que o bom senso não cessa de montar para nós. E talvez seja outra pretensão querer apresentar um esquema válido da história do mundo a partir de dados muito incompletos e, no entanto, demasiado numerosos para se deixarem abarcar completamente.

Assim se define a intenção deste volume. Nele o leitor encontrará relatos, descrições, imagens, evoluções, rupturas, regularidades, mas, de uma ponta a outra, absteve-me do prazer de contar demais, de descrever pela simples vantagem de traçar uma linha, marcar um ponto, destacar um detalhe significativo. Tentei apenas ver e mostrar para compreender, isto é, para provar. Mas o fiz com insistência, como se por esse esforço se justificassem minhas buscas e, mais além, o próprio ofício de historiador.

Numa história completa do mundo há, porém, razões para desencorajar os mais intrépidos e até os mais ingênuos. É um rio sem margens, sem começo nem fim. E a comparação ainda é inadequada: a história do mundo não é um rio, são rios. Felizmente, os historiadores estão habituados ao confronto com superabundâncias. Simplificam-nas dividindo a história em setores (história política, econômica, social, cultural). Sobretudo, aprenderam com os economistas que o tempo se divide em diversas temporalidades e assim se domestica, se torna, em suma, manejável: há as temporalidades de longa e muito longa duração, as conjunturas lentas e menos lentas, os desvios rápidos, alguns instantâneos, sendo os mais curtos muitas vezes os mais fáceis de detectar. Afinal, dispomos de meios nada desprezíveis para simplificar e organizar a história do mundo. E podemos distinguir um tempo vivido nas dimensões do mundo, o *tempo do mundo*, que no entanto não é, não deve ser, a totalidade da história dos homens. Esse tempo excepcional rege, conforme os lugares e as épocas, certos espaços e certas realidades. Mas outras realidades, outros espaços lhe escapam e lhe são estranhos.

Por exemplo, a Índia é um continente por si só; tracemos então quatro linhas: a costa de Coromandel, a costa de Malabar, o eixo de Surat a Delhi, o eixo de Delhi ao delta do Ganges. Encerramos a Índia num quadrilátero<sup>2</sup>. Desse quadrilátero, só os lados vivem verdadeiramente a compasso com o mundo, acolhem os tráficos e os ritmos do universo, aliás, não sem defasagens e resistências. Prioritariamente, o *tempo do mundo* ativa essas linhas vivas. Ele se repercute no interior do quadrilátero? Sim, sem dúvida, aqui ou ali. Mas também está ausente dele. E o que se passa em escala do "continente" indiano repete-se em todas as regiões habitadas do globo, mesmo nas ilhas Britânicas da Revolução Industrial. Em toda parte há zonas em que a história mundial não se repercute, zonas de silêncio, de tranqüila ignorância. "Há regiões do nosso reino [de Nápoles]", escrevia o economista Antonio Genovesi (1712-1769), "em comparação com as quais os samoiedos pareceriam cultos e civilizados"<sup>3</sup>. De início, estávamos abismados: eis-nos diante de um mapa do mundo de certo modo mais leve, porque semeado de inúmeras manchas brancas onde não há escuta — regiões, na realidade, à margem da história triunfante, de que tratamos prioritariamente no primeiro volume desta obra.

O *tempo do mundo* referir-se-ia portanto a uma espécie de superestrutura da história global: seria uma espécie de consumação, como que criada e suscitada pelas forças que se exercem abaixo dela, embora seu peso repercute, por sua vez, na base. Conforme os lugares e as épocas, essa dupla ação de baixo para cima e de cima para baixo foi mais ou menos importante. Mas nas regiões avançadas, econômica e socialmente falando, o tempo do mundo não urdiu tudo.

Em princípio, a linha deste volume privilegia uma história setorial — material e econômica. Minha intenção é apreender, neste terceiro e último volume, sobretudo a história econômica do mundo entre os séculos XV e XVII, o que representa, ou deveria representar, uma simplificação da minha tarefa. Dispomos de dezenas de histórias econômicas gerais excelentes, algumas por sua concisão<sup>4</sup>, outras por sua vasta documentação. Utilizei, desde que foram editados, em 1928-1929, os dois volumes da *Allgemeine Wirtschaftsgeschichte* de Josef Kulischer<sup>5</sup>, ainda hoje o melhor dos guias e o mais seguro repertório. Utilizei igualmente a obra monumental de Werner Sombart, *Der moderne Kapitalismus* (última edição, 1928), conjunto fan-

tástico de leituras e de formulações. Mas todas essas obras gerais limitam-se regularmente ao âmbito da Europa. Ora, estou persuadido de que a história tem todas as vantagens em raciocinar por comparações, em escala do mundo — a única com validade. Já Frederico Novalis (1772-1801) dizia: “Toda a história é necessariamente mundial”<sup>6</sup>. A história econômica do mundo é efetivamente mais inteligível do que a história apenas da Europa. Mas pode-se dizer que seja mais simples?

Tanto que os economistas, pelo menos desde os anos cinquenta<sup>7</sup>, e os historiadores, há mais tempo, já não acreditam que a economia seja um domínio em si e a história econômica um território delimitado em que possamos encerrar tranquilamente. Quanto a este ponto, a unanimidade é hoje evidente. Para Witold Kula, “a teoria da economia autônoma no capitalismo desenvolvido [eu gostaria de acrescentar, de passagem, mesmo no capitalismo em seu início] revela-se uma simples convenção acadêmica”<sup>8</sup>. Para José Gentil da Silva, “em história tudo está ligado, e a atividade econômica, principalmente, não se pode isolar da política e das crenças que a enquadram nem das possibilidades e das limitações que a situam”<sup>9</sup>. Para W. W. Rostow<sup>10</sup>, o homem em sociedade é fundamentalmente um homem econômico? Não, evidentemente. Para György Lukacs<sup>11</sup>, é ridículo pensar que a matéria da economia “possa verdadeiramente ser isolada do resto dos problemas sociais, ideológicos e políticos”. Segundo Raymond Firth, todas as ações dos homens “têm um aspecto econômico, um aspecto social, um aspecto cultural” e, certamente, um aspecto político<sup>12</sup>. Para Joseph Schumpeter, a história econômica “não pode ser puramente econômica”<sup>13</sup>, e para o etnólogo Jean Poirier “o fato econômico só poderá ser plenamente compreendido pelo economista se este for além da economia”<sup>14</sup>. Um economista atual defende até que “o corte com as outras ciências sociais [...] é inaceitável em economia política”<sup>15</sup>, o que, pouco mais ou menos, dizia já Jean-Baptiste Say (1828): “Verificou-se que a economia política, que parecia ter por objeto apenas os bens materiais, envolve toda a sociedade, tem a ver com tudo na sociedade”<sup>16</sup>.

A história econômica do mundo é, portanto, toda a história do mundo, mas vista de um certo observatório, o da economia. Ora, escolher esse observatório e não outro é privilegiar de antemão uma forma de explicação unilateral (e também, por isso mesmo, perigosa), da qual sei de antemão que não me libertarei inteiramente. Não se privilegia impunemente a série dos fatos chamados econômicos. Por mais que nos empenhemos em dominá-los, reordená-los e, sobretudo, superá-los, poderemos evitar um “economismo” insinuante e o problema do materialismo histórico? É o mesmo que atravessar areias movediças.

Assim, como tantas vezes acontece, tentamos, com bons argumentos, exorcizar as dificuldades que obstruíam nosso caminho. Mas durante o trabalho, e logo de início, as dificuldades voltam, obstinadas. As dificuldades sem as quais, admitamos, a história não seria levada a sério.

Ao longo das páginas que se seguem, o leitor verá como tentei superar essas dificuldades.

Era preciso, primeiro, estabelecer os pontos essenciais. Daí o primeiro capítulo teórico — *As divisões do espaço e do tempo na Europa* — que se empenha em situar a economia no tempo e no espaço, ao lado, acima e abaixo dos co-participantes desse tempo e desse espaço: a política, a cultura, a sociedade.

## Prefácio

Os cinco capítulos seguintes (2 a 6) tentam dominar o tempo, nosso principal ou mesmo único adversário. Uma vez mais, investi no *longo prazo*<sup>17</sup>. Isso é, evidentemente, calçar as botas de sete léguas e não ver certos episódios e realidades de pouco fôlego. Nas páginas que se seguem, o leitor não encontrará nem uma biografia de Jacques Coeur, nem um retrato de Jacob Fugger, o Rico, nem a milésima explicação do Sistema de Law. São lacunas. Mas haverá outra maneira de ser logicamente breve? Dito isso, segundo um procedimento habitual e venerável, dividi o tempo do mundo em longos períodos que levam em conta, acima de tudo, as sucessivas experiências da Europa. Dois capítulos (o segundo, Veneza, e o terceiro, Amsterdam) falam das *Economias antigas de dominação urbana*. O capítulo 4, que tem o título *Mercados nacionais*, estuda o florescimento das economias nacionais no século XVIII, sobretudo a da França e a da Inglaterra. O capítulo 5 — *O mundo por ou contra a Europa* — dá a volta à terra no chamado Século das Luzes. O capítulo 6, *Revolução Industrial e crescimento*, que deveria ser o último, estuda a enorme ruptura que está na origem do mundo em que ainda hoje vivemos. A conclusão, ao se alongar, assumiu as dimensões de um capítulo.

Espero que, através dessas diversas experiências históricas observadas atenta e detidamente, as análises do volume anterior sejam reforçadas. Na obra que para nós, historiadores, é a sua obra-prima — *History of Economic Analysis*, 1959 —, Joseph Schumpeter dizia que há três maneiras<sup>18</sup> de estudar a economia — pela história, pela teoria, pela estatística —, mas que, se tivesse que recomeçar sua carreira, seria historiador. Gostaria que também os especialistas das ciências sociais vissem na história um meio excepcional de conhecimento e de pesquisa. Não é o presente em grande parte a presa de um passado que se obstina em sobreviver, e o passado, por suas regras, diferenças e semelhanças, a chave indispensável para qualquer compreensão séria do tempo presente?

# AS DIVISÕES DO ESPAÇO E DO TEMPO NA EUROPA

Tal como seu título anuncia, este capítulo, que se pretende teórico, comporta dois desdobramentos: tenta dividir o espaço, depois dividir o tempo — estando o problema em situar antecipadamente as realidades econômicas, e mais as realidades sociais que as acompanham, conforme seu espaço, depois conforme sua duração. Essas especificações serão longas, sobretudo a primeira, necessária a uma compreensão mais fácil da segunda. Mas, creio eu, ambas são úteis: balizam o caminho a seguir, justificam-no e propõem um vocabulário apropriado. Ora, como em todos os debates sérios, as palavras são soberanas.

## ESPAÇO E ECONOMIAS: AS ECONOMIAS-MUNDOS

O espaço, fonte de explicação, põe em causa ao mesmo tempo todas as realidades da história, todas as partes envolvidas da extensão: os Estados, as sociedades, as culturas, as economias... E, conforme escolhemos um ou outro destes conjuntos<sup>1</sup>, modificar-se-ão o significado e o papel do espaço. Mas não inteiramente.

Gostaria de tratar em primeiro lugar das economias e, por um instante, de ver apenas a elas. A seguir, tentarei delimitar o lugar e a intervenção dos outros conjuntos. Começar pela economia não é apenas estar em conformidade com o programa desta obra: de todas as abordagens do espaço, a econômica, como veremos, é a mais fácil de situar e a de maior amplitude. É ela não só dá o ritmo do tempo material do mundo: todas as outras realidades sociais, cúmplices ou hostis, intervêm incessantemente no seu funcionamento e são, por sua vez, influenciadas: é o mínimo que se pode dizer.

### *As economias-mundos*

Para iniciar o debate, devemos esclarecer as duas expressões que se prestam a confusão: *economia mundial* e *economia-mundo*.

A economia mundial estende-se à terra inteira: representa, como dizia Sismondi, "o mercado de todo o universo"<sup>2</sup>, "o gênero humano ou toda aquela parte do gênero humano que faz comércio e hoje constitui, de certo modo, um único mercado"<sup>3</sup>.

A *economia-mundo* (expressão inusitada e mal acolhida pela língua francesa, que outrora forjei, à falta de melhor e sem grande lógica, para traduzir um emprego especial da palavra alemã *Weltwirtschaft*<sup>4</sup>) envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica<sup>5</sup>.

Por exemplo, estudei, há muito tempo, o Mediterrâneo do século XVI enquanto *Welttheater* ou *Weltwirtschaft*<sup>6</sup> — "teatro-mundo", "economia-mundo" — entendendo por tal não apenas o mar propriamente dito, mas tudo o que é posto em movimento, a maior ou menor distância das suas margens, pela sua vida de trocas. Enfim, um universo em si, um todo. Com efeito, a zona mediterrânica, embora dividida política, cultural, socialmente também, admite uma certa unidade econômica que, na verdade, foi construída a partir de cima, a partir das cidades dominantes do norte da Itália, Veneza à frente e, a seu lado, Milão, Gênova, Florença<sup>7</sup>. Esta economia do conjunto não é toda a vida econômica do mar e das regiões que dependem dele. É, de certo modo, sua camada superior, cuja ação, mais ou menos forte conforme os lugares, encontramos em todo o litoral e, por vezes, bem para o interior das terras. Essa atividade transcende os limites dos Impérios — o hispânico, cujo desenho se definirá com Carlos V (1519-1558), e o turco, cujo avanço é bem ante-



*Veneza, antigo centro da economia-mundo europeia no século XV, é ainda, no fim do século XVII e início do século XVIII, uma cidade cosmopolita onde os orientais sentem-se em casa. Luca Carlevaris, La Piazzetta (detalhe). (Oxford, Ashmolean Museum)*

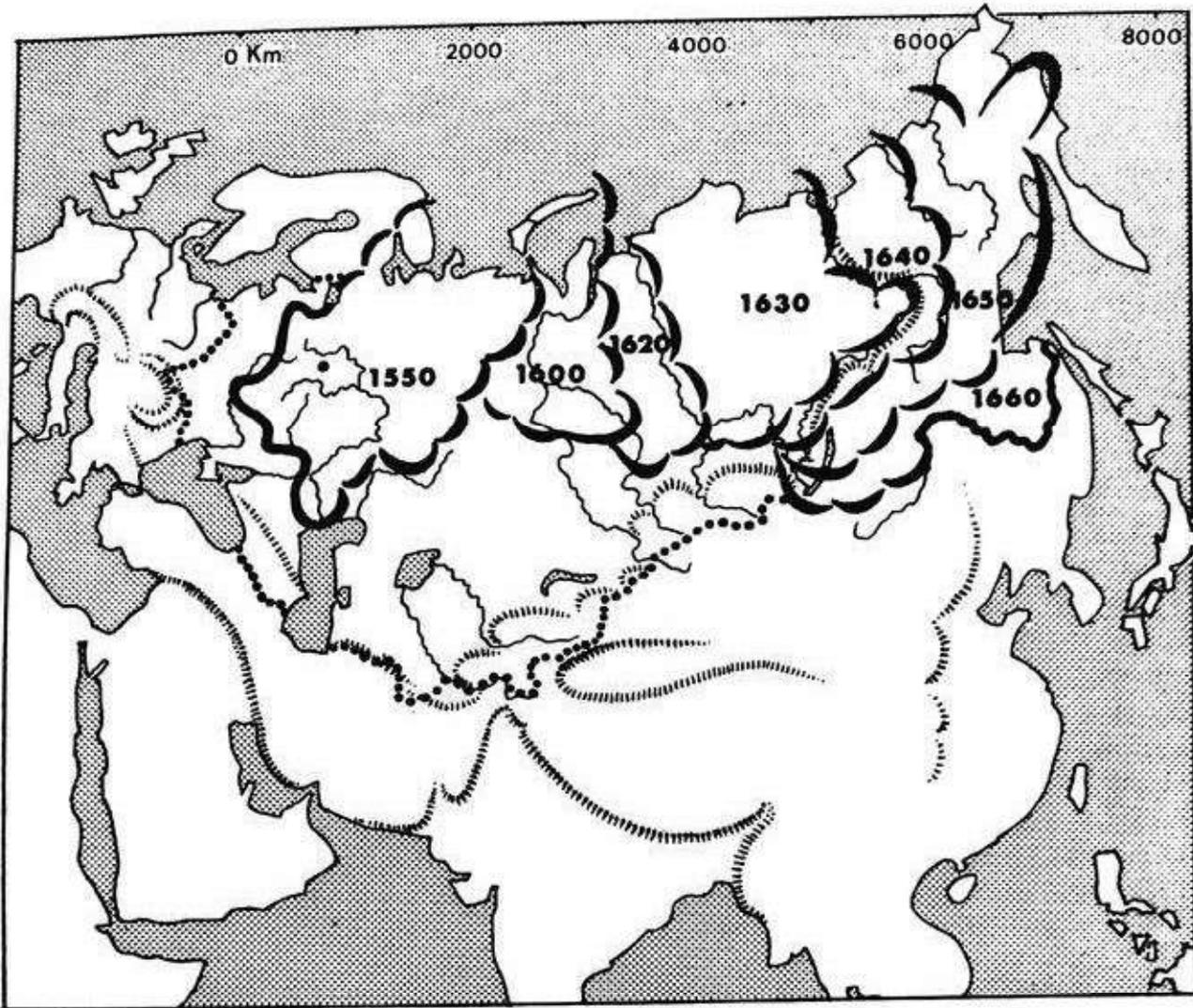
rior à conquista de Constantinopla (1453). Ela transcende também os limites marcados e intensamente sentidos entre as civilizações que compartilham o espaço mediterrânico: a grega em posição de humilhação e de recuo sob o jugo crescente dos turcos; a muçulmana, centrada em Istambul; a cristã, ligada simultaneamente a Florença e a Roma (a Europa do Renascimento, a Europa da Contra-Reforma). Islã e Cristandade enfrentam-se ao longo de uma linha de separação norte-sul traçada entre o Mediterrâneo do Poente e o Mediterrâneo do Levante, linha que, através das costas do Adriático e da Sicília, atinge o litoral da atual Tunísia. Nessa linha que divide em dois o espaço mediterrânico situam-se todas as batalhas retumbantes entre infiéis e cristãos. Mas os barcos mercantes não cessam de atravessá-la.

Ora, a característica dessa economia-mundo particular cujo esquema evocamos — o Mediterrâneo do século XVI — é precisamente transpor as fronteiras políticas e culturais que, cada qual a seu modo, fragmentam e diferenciam o universo mediterrânico. Assim, em 1500, os mercadores cristãos estão na Síria, no Egito, em Istambul, no norte da África; os mercadores levantinos, turcos, armênios espalhar-se-ão mais tarde pelo Adriático. Invasora, a economia, que forja as moedas e as trocas, tende a criar uma certa unidade enquanto tudo, por outro lado, atua a favor de blocos diferenciados. Até a sociedade mediterrânica se dividiria, grosso modo, segundo dois espaços: de um lado uma sociedade cristã em maior parte senhorial, do outro a sociedade muçulmana com predomínio de um sistema de *benefícios*, de senhorios de título vitalício, recompensas para todo aquele que fosse capaz de se distinguir e servir na guerra. Com a morte do titular, o benefício ou o encargo voltavam para o Estado e eram distribuídos novamente.

Resumindo, do exame de um caso particular deduzimos que uma economia-mundo é uma soma de espaços individualizados, econômicos e não econômicos, agrupados por ela; que a economia-mundo representa uma enorme superfície (em princípio, é a mais vasta zona de coerência, em determinada época, em uma região determinada do globo); que, habitualmente, ela transcende os limites dos outros grupos maciços da história.

### *Economias-mundos desde sempre*

Desde sempre houve economias-mundos, ou pelo menos desde há muito tempo. Assim como desde sempre, pelo menos desde há muito tempo, houve sociedades, civilizações, Estados e até impérios. Se descêssemos o curso da história com botas de sete léguas, diríamos que a Fenícia antiga foi um esboço de uma economia-mundo. Também Cartago, no tempo de seu esplendor. Também o universo helenístico. Também Roma, em vigor. Também o Islã, após seus sucessos fulgurantes. Com o século IX, a aventura normanda nos confins da Europa ocidental esboça uma economia-mundo breve, frágil, que outros herdarão. A partir do século XI, a Europa elabora o que virá a ser sua primeira economia-mundo, que outras seguirão até o presente. A Moscóvia, ligada ao Oriente, à Índia, à China, à Ásia central e à Sibéria, é uma economia-mundo em si, pelo menos até ao século XVIII. Também a China, que muito cedo se apodera de vastas regiões vizinhas, ligando-as



### I. ECONOMIA-MUNDO OU IMPÉRIO-MUNDO?

*Em um século, a Rússia apodera-se do espaço siberiano: zonas inundadas da Sibéria ocidental, do planalto da Sibéria central, das montanhas do leste onde seu avanço foi difícil, tanto mais que ao sul ela se defronta com a China. Deveremos dizer economia-mundo, o que equivale a discutir com Immanuel Wallerstein? Concedamos a este último que a Sibéria se construiu pela força, que a economia — isto é, a intendência — só fez ir atrás. As fronteiras pontilhadas assinalam os limites da URSS.*

ao seu destino: a Coréia, o Japão, a Insulíndia, o Vietnã, o Yunnan, o Tibete, a Mongólia, isto é, uma guirlanda de países dependentes. A Índia, mais precoce ainda, transforma o oceano Índico, para seu uso, numa espécie de mar Interior, desde as costas orientais da África até as ilhas da Insulíndia.

Não estaremos, afinal, diante de processos continuamente retomados, superações quase espontâneas cujos vestígios se encontram por toda parte? Mesmo no caso, à primeira vista remitante, do Império Romano, cuja economia no entanto ultrapassa as fronteiras ao longo da próspera linha do Reno e do Danúbio, ou, em direção ao Oriente, até o mar Vermelho e o oceano Índico: segundo Plínio, o Velho, Roma perdia, nas trocas com o Extremo Oriente, 100 milhões de sestércios por ano. E ainda hoje se encontram com bastante freqüência moedas romanas antigas na Índia<sup>8</sup>.

*Regras  
tendências*

O tempo vivido propõe-nos, assim, uma série de exemplos de economias-mundos, não muito numerosos, mas suficientes para permitir comparações. Aliás, como as economias-mundos foram de duração muito longa, cada uma evoluiu e se transformou localmente em relação a si própria e a suas épocas, as suas fases sucessivas sugerem por sua vez algumas aproximações. Enfim, a matéria é suficientemente rica para autorizar uma espécie de *tipologia* das economias-mundos, para se deduzir pelo menos um conjunto de regras tendências<sup>9</sup>, que esclarecem e até definem as suas relações com o espaço.

O primeiro cuidado ao se explicar qualquer economia-mundo é delimitar o espaço que ela ocupa. Em geral, seus limites são facilmente detectáveis, pois sua mudança é lenta. A zona que ela engloba apresenta-se como condição primeira de sua existência. Não há economia-mundo sem um espaço próprio e significativo por várias razões:

— ele tem limites e a linha que o contorna confere-lhe um sentido, tal como as margens explicam o mar;

— ele implica um centro em benefício de uma cidade e de um *capitalismo* já dominante, seja qual for a sua forma. A multiplicação dos centros representa quer uma forma de juventude, quer uma forma de degenerescência ou mutação. Diante das forças externas e internas, podem, com efeito, esboçar-se descentragens, que depois se completam: as cidades com vocação internacional, as *cidades-mundos*, estão perpetuamente em competição umas com as outras, substituem-se umas às outras;

— hierarquizado, esse espaço é uma soma de economias particulares, umas pobres, outras modestas, sendo uma única relativamente rica no seu centro. Daí resultam desigualdades, diferenças de voltagem, através das quais fica assegurado o funcionamento do conjunto. Daí a “divisão internacional do trabalho” sobre a qual P. M. Sweezy diz que Marx não previu “que ela se concretizaria como modelo [espacial] de desenvolvimento e de subdesenvolvimento que oporia a humanidade em dois campos — os *have* e os *have not* — separados por um fosso ainda mais radical do que aquele que separa a burguesia e o proletariado dos países capitalistas avançados”<sup>10</sup>. Todavia, não se trata aqui de uma separação “nova”, mas de uma antiga ferida, por certo incurável. Existia muito antes da época de Marx.

Temos, portanto, três grupos de condições, todos de alcance geral.

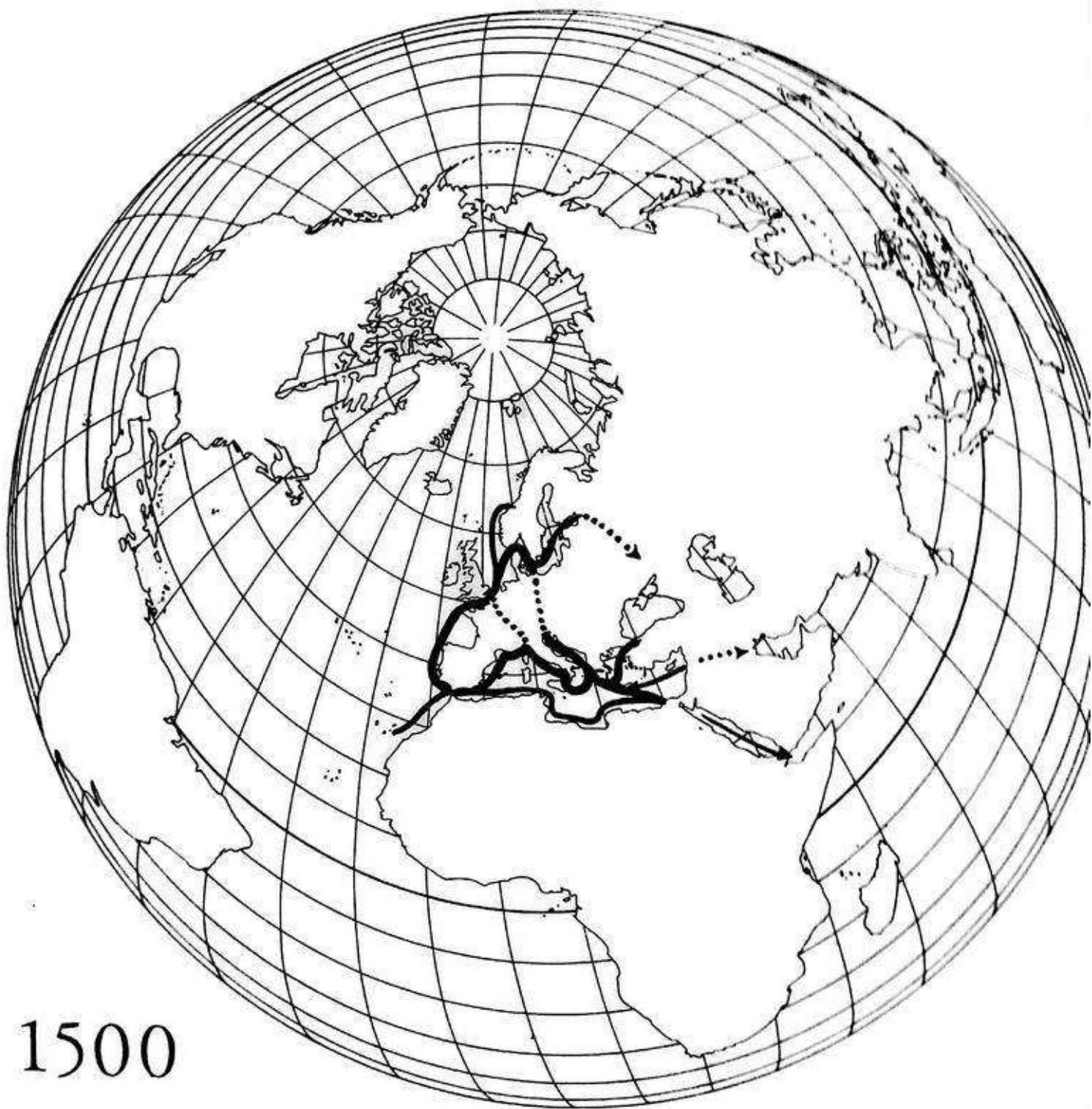
*Primeira regra:  
um espaço que varia lentamente*

Os limites de uma economia-mundo situam-se onde começa uma outra economia do mesmo tipo, ao longo de uma linha, ou melhor, de uma zona que, de um e outro lado, não há vantagem, economicamente falando, em transpor, a não ser em casos *excepcionais*. Para o grosso dos tráficos, e nos dois sentidos, “a perda na troca ultrapassaria o ganho”<sup>11</sup>. Por isso, como *regra geral*, as fronteiras das econo-

mias-mundos se apresentam como zonas pouco animadas, inertes. Como espessos invólucros, difíceis de transpor, muitas vezes barreiras naturais, *no man's lands, no man's seas*. É o Saara, a despeito das suas caravanas, entre a África Negra e a África Branca. É o Atlântico, vazio ao sul e a oeste da África, que durante séculos barra a passagem para o oceano Índico, cedo conquistado para os tráficos, pelo menos na sua parte norte. É o Pacífico, que a Europa conquistadora não consegue ligar bem com ela mesma: o périplo de Magalhães, afinal, é a descoberta apenas de uma porta de entrada no mar do Sul, não de uma porta de entrada e de saída, isto é, de regresso. Para regressar à Europa, o périplo completou-se com a utilização da rota portuguesa do cabo da Boa Esperança. Mesmo no princípio, em 1572, as viagens do galeão de Manila não derrubaram verdadeiramente o monstruoso obstáculo que era o mar do Sul.

Obstáculos igualmente maciços eram as fronteiras entre a Europa cristã e os Bálcãs turcos, entre a Rússia e a China, entre a Europa e a Moscóvia. No século XVII, o limite oriental da economia-mundo europeia passa a leste da Polónia: exclui a vasta Moscóvia. Esta, para um europeu, é o fim do mundo. A um certo viajante<sup>12</sup> que, em 1602, a caminho da Pérsia, aborda o território russo a partir de Smolensk, a Moscóvia surge como uma região “grande e vasta”, “selvagem, deserta, pantanosa, coberta de matagais” e de florestas, “cortada por brejos que se atravessam por estradas feitas com restos de árvores derrubadas” (contou “mais de 600 passagens desse tipo” entre Smolensk e Moscou “frequente em muito mau estado”), região onde nada é como nos outros lugares, vazia (“podem-se percorrer 20 ou 30 milhas sem encontrar uma cidade ou uma aldeia”), com estradas execráveis, mesmo com bom tempo, região, enfim, “tão bem fechada a qualquer acesso, que é impossível entrar e sair de lá furtivamente, sem autorização ou salvo-conduto do grão-duque”. País impenetrável, é a impressão de um espanhol que, evocando a memória de uma viagem de Vilna a Moscou por Smolensk, por volta de 1680, afirma que “toda a Moscóvia é uma floresta contínua” onde os únicos campos são os que o machado abriu<sup>13</sup>. Ainda em meados do século XVIII, o viajante que ultrapassasse Mittau, a capital da Curlândia, só encontrava abrigo em “hospícios piohlentos”, mantidos por judeus, “onde era preciso deitar-se em meio às vacas, aos porcos, às galinhas, aos patos e a um viveiro de israelitas, tudo exalando odores por causa de um fogão sempre quente demais”<sup>14</sup>.

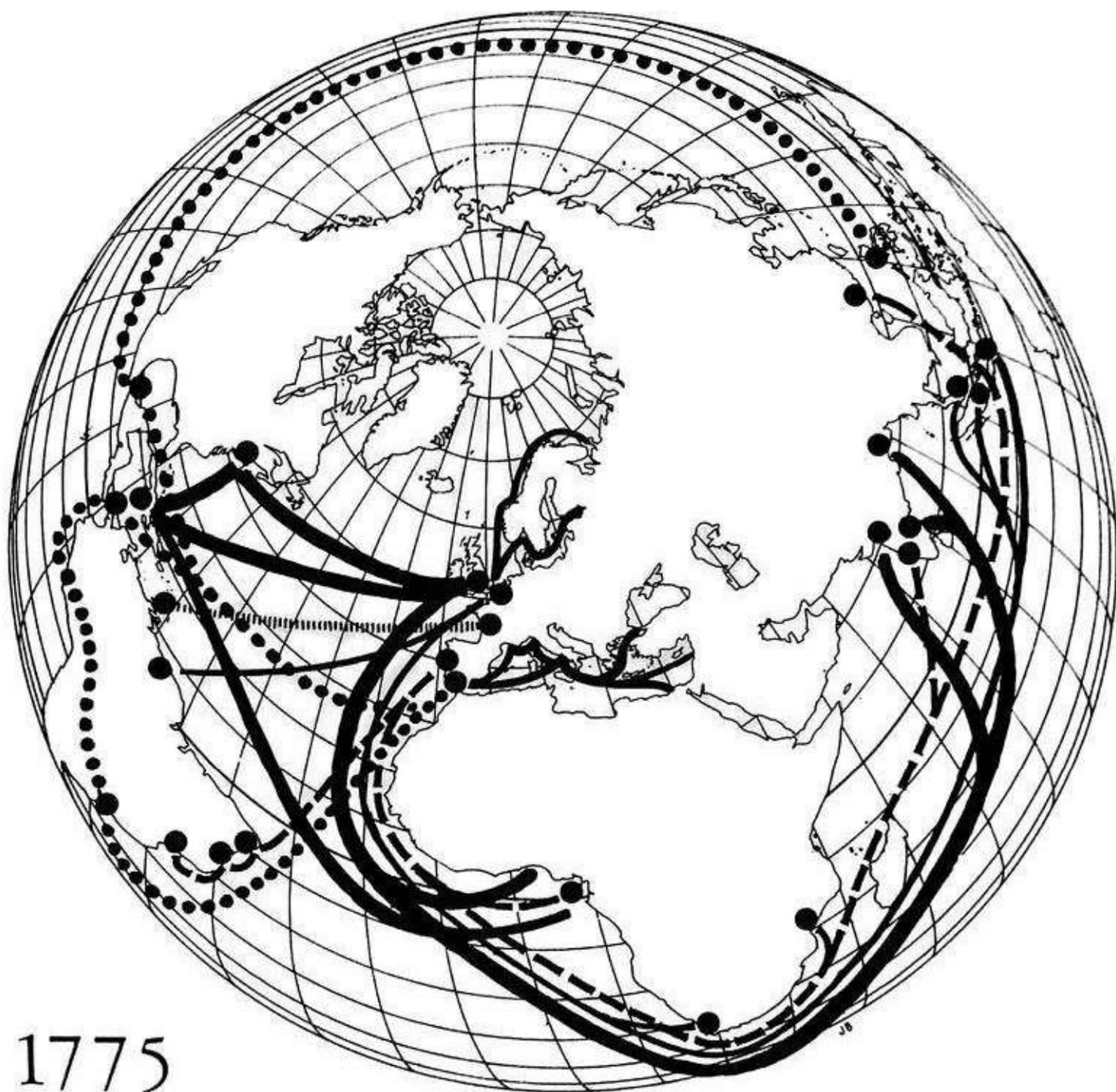
Convém, uma vez mais, medir essas distâncias hostis, pois é no interior destas dificuldades que se estabelecem, crescem, duram e evoluem as economias-mundos. Precisam vencer o espaço para dominá-lo e o espaço nunca deixa de se vingar, de impor novos esforços. É milagre a Europa ter deslocado seus limites de uma só vez, ou quase de uma só vez, com os grandes descobrimentos do final do século XV. Mas era preciso manter o espaço aberto, tanto as águas atlânticas como o solo americano. Manter um Atlântico vazio, uma América meio vazia, não era fácil. Mas também não era fácil abrir caminho até uma outra economia-mundo, levar até ela uma “antena”, uma linha de alta tensão. Quantas condições a preencher para que a porta do comércio do Levante se mantivesse aberta durante séculos entre duas vigiâncias, duas hostilidades... O sucesso da rota do cabo da Boa Esperança teria sido impensável sem esse triunfo prévio de longa duração. E vejam-se quantos esforços ela custará, quantas condições exigirá: Portugal, o seu primeiro operário, esgotar-



1500

### 2 e 3. AS ECONOMIAS-MUNDOS EUROPÉIAS À ESCALA DO PLANETA

*A economia européia em via de expansão é representada pelos seus tráficos mais importantes em escala mundial. Em 1500, a partir de Veneza, são explorados, por apropriação direta, o Mediterrâneo (ver à p. 111 a rede das galere da mercato) e o Ocidente; as etapas prolongam essa exploração até o Báltico, a Noruega e, para além das Escalas do Levante, até o oceano Índico.*



1775

*Em 1775, os tentáculos dos tráficos europeus estendem-se ao mundo inteiro: por seus pontos de partida, distinguimos os tráficos ingleses, holandeses, espanhóis, portugueses e franceses. Quanto a estes últimos, no que se refere à África e à Ásia, deve-se imaginá-los confundidos com os outros tráficos europeus. O problema é trazer à tona, acima de tudo, o papel das ligações britânicas. Londres tornou-se o centro do mundo. No Mediterrâneo e no Báltico, só se distinguem os itinerários essenciais que seguem todos os navios das diversas nações mercantes.*

se-á literalmente nisso. A vitória caravaneira do Islã através dos desertos também é conquista, uma conquista lentamente assegurada pela construção de uma rede de oásis e de pontos de água.

*Segunda regra: no centro,  
uma cidade capitalista dominante*

Uma economia-mundo possui sempre um pólo urbano, uma cidade no centro da logística dos seus negócios: as informações, as mercadorias, os capitais, os créditos, os homens, as encomendas, as cartas comerciais chegam a ela e dela voltam a sair. Nela, quem dita as leis são grandes comerciantes, por vezes excessivamente ricos.

Cidades-etape rodeiam o pólo a maior ou menor distância — mais respeitosa ou menos —, associadas ou cúmplices, mais freqüentemente ainda sujeitas ao seu papel secundário. Sua atividade ajusta-se à da metrópole: montam guarda ao seu redor, remetem para ela o fluxo dos negócios, redistribuem ou encaminham os bens que ela lhes confia, agarram-se ao seu crédito ou submetem-se a ele. Veneza não está sozinha; Antuérpia não está sozinha; Amsterdam não estará sozinha. As metrópoles apresentam-se com um séquito, uma comitiva: Richard Häpke falava, a esse respeito, de arquipélagos de cidades, e a expressão dá a imagem. Stendhal tinha a ilusão de que as grandes cidades da Itália, por generosidade, tinham preservado as menos grandes<sup>15</sup>. Mas como poderiam destruí-las? Subjugá-las sim, nada mais, pois elas necessitavam dos seus serviços. Uma cidade-mundo não pode atingir nem manter o seu alto nível de vida sem o sacrifício, desejado ou não, das outras. Das outras com as quais se parece — uma cidade é uma cidade — mas das quais difere: é uma supercidade. E o primeiro sinal pelo qual a reconhecemos é precisamente o fato de ser assistida, servida.

Excepcionais, enigmáticas, essas cidades raríssimas deslumbram. Para Philippe de Comynes, em 1495, Veneza “é a mais triunfante cidade que já vi”<sup>16</sup>. Na opinião de Descartes, Amsterdam é uma espécie de “inventário do possível”, e escreve a Guez de Balzac, em 5 de maio de 1631: “Que lugar poderíamos escolher no mundo [...] em que todas as comodidades e todas as curiosidades que se possam desejar fossem tão fáceis como neste?”<sup>17</sup> Mas essas cidades deslumbrantes também desconcertam, escapam ao observador. No tempo de Voltaire ou de Montesquieu, qual é o estrangeiro que não se empenha em compreender, em explicar Londres. A viagem à Inglaterra, um gênero literário, é um empreendimento de descoberta que acaba sempre por se deparar com a originalidade irônica de Londres. E quem nos contaria, hoje, o verdadeiro segredo de Nova York?

Qualquer cidade um pouco importante, sobretudo se é aberta para o mar, é uma “Arca de Noé”, “uma verdadeira feira de máscaras”, uma “torre de Babel”, que é como o presidente de Brosses definia Livorno<sup>18</sup>. Mas o que dizer das verdadeiras metrópoles? Apresentam-se sob o signo de extravagantes misturas, sejam Londres, Istambul, Ispahan ou Malaca, Surat ou Calcutá (esta a partir dos seus primeiros sucessos). Em Amsterdam, sob os pilares da Bolsa, que é uma síntese do universo mercantil, ouvem-se todos os idiomas do mundo. Em Veneza, “quem ti-

ver curiosidade em ver homens de todas as partes do mundo, vestidos cada qual a seu modo diversamente, vá à praça de S. Marcos, ou à de Rialto, onde se encontram todos os tipos de pessoas”.

Essa população heterogênea, cosmopolita, deve poder viver e trabalhar em paz. A Arca de Noé é a tolerância obrigatória. Sobre o Estado veneziano diz o senhor de Villamont<sup>19</sup> (1590) “que não há em toda a Itália lugar onde se viva com maior liberdade [...] porque, primeiramente, é difícil a senhoria condenar um homem à morte, em segundo lugar, as armas não são proibidas<sup>20</sup>, em terceiro, não há inquisição para a fé, finalmente, cada um vive segundo sua fantasia e em liberdade de consciência, o que é motivo para que diversos franceses libertinos<sup>21</sup> fiquem por lá para não serem procurados nem controlados e viverem em completa licença”. Imagino que essa tolerância inata de Veneza explique em parte o seu “famoso anticlericalismo”<sup>22</sup>, melhor dizendo, a sua vigilante oposição quanto à intransigência romana. Mas o milagre da tolerância renova-se onde quer que se instale a convergência mercantil. Amsterdam a abriga, e com todo o mérito depois das violências religiosas entre arminianos e gomaristas (1619-1620). Em Londres, o mosaico religioso tem todas as cores. Conta um viajante francês (1725)<sup>23</sup>: “Há judeus, protestantes alemães, holandeses, suecos, dinamarqueses, franceses, luteranos, anabatistas, milenários [*sic*], brownistas, independentes ou puritanos e tementes ou quakers”. Aos que se acrescentam os anglicanos, os presbiterianos e os próprios católicos que, ingleses ou estrangeiros, têm o hábito de ouvir a missa nas capelas dos embaixadores francês, espanhol ou português. Cada seita, cada crença têm as suas igrejas ou as suas assembléias. E cada uma se reconhece, se identifica para os outros: os quakers “conhecem-se a um quarto de légua pela roupa, com um chapéu de copa chata, uma gravatinha, um casaco abotoado até em cima e os olhos quase sempre fechados”<sup>24</sup>.

Talvez a característica mais evidente destas supercidades seja ainda a sua precoce e forte diversificação social. Todas abrigam proletariados, burguesia, patriciados donos da riqueza e do poder e tão seguros de si mesmos que logo já não se darão ao trabalho de se paramentar, como no tempo de Veneza ou de Gênova, com o título de *nobili*<sup>25</sup>. Patriciado e proletariado “divergem”, em suma, tornando-se os ricos mais ricos, os pobres ainda mais miseráveis, pois o eterno mal das cidades capitalistas frenéticas é a carestia, para não dizer a inflação sem trégua. Esta está ligada à própria natureza das funções urbanas superiores destinadas a dominar as economias adjacentes. Na direção de seus altos preços a vida econômica se reúne, flui por si mesma. Mas, presas dessa tensão, a cidade e a economia que a tem por meta correm o risco de sair queimadas. Em Londres ou em Amsterdam, a carestia de vida ultrapassou, em certos momentos, o limite do suportável. Nova York está atualmente se esvaziando de seus estabelecimentos comerciais e empresas que fogem às enormes taxas de encargos e impostos locais.

E, no entanto, os grandes pólos urbanos falam demais ao interesse e à imaginação para que o seu apelo não seja ouvido, como se todos esperassem participar na festa, no espetáculo, no luxo e esquecer as dificuldades da vida de todos os dias. As cidades-mundos exibem o seu esplendor. Acrescentando-se a isso a miragem das recordações, a imagem aumenta até o absurdo. Em 1643, um guia de viagens<sup>26</sup> evoca a Antuérpia do século anterior: uma cidade de 200 000 habitantes, “tanto nacio-

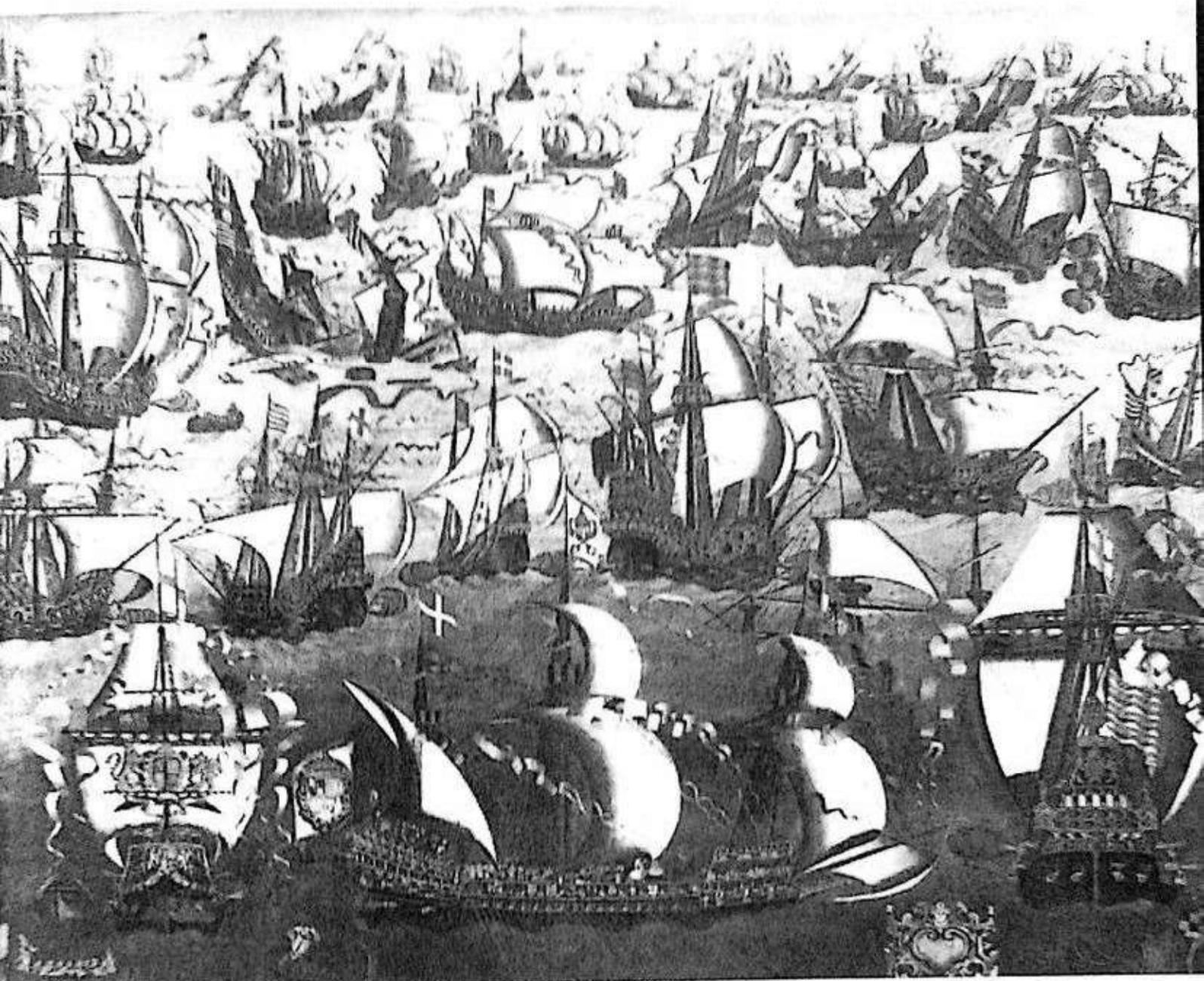
nais como estrangeiros”, capaz de reunir “de uma vez 2 500 navios no seu porto [onde aguardavam] ancorados um mês sem poderem descarregar”; uma cidade riquíssima que havia entregado a Carlos V “300 toneladas de ouro” e onde todos os anos eram despejados “500 milhões de prata, 130 milhões de ouro”, “sem contar o dinheiro do câmbio que vai e vem como a água do mar”. Tudo isso é sonho. Fumaça! Mas por uma vez o provérbio está certo: onde há fumaça há fogo! Em 1587, Alonso Morgado, na sua *Historia de Sevilla*, pretendia que “com os tesouros importados para a cidade poder-se-ia cobrir todas as ruas com calçamentos de ouro e de prata”!<sup>27</sup>

*Segunda regra (continuação):  
sucodem-se os primados urbanos*

As cidades dominantes não o são *in aeternum*: substituem-se umas às outras. Verdade na cúpula, verdade a todos os níveis da hierarquia urbana. Essas transferências, onde quer que se produzam (no cume ou na encosta), de onde quer que venham (por razões puramente econômicas ou não), são sempre significativas: rompem histórias tranqüilas e abrem perspectivas tanto mais preciosas quanto são raras. Seja Amsterdam substituindo Antuérpia, Londres sucedendo Amsterdam ou, por volta de 1929, Nova York ultrapassando Londres, a cada vez é uma enorme massa de história que muda de rumo, revelando as fragilidades do equilíbrio anterior e as forças do que vai estabelecer-se. Podemos de antemão suspeitar que todo o círculo da economia-mundo é assim afetado e que as repercussões nunca são unicamente econômicas.

Quando, em 1421, os Ming mudaram de capital, abandonando Nanquim, aberta, graças ao rio Azul, à navegação marítima, para ir instalar-se em Pequim, diante dos perigos das fronteiras manchu e mongol — a enorme China, economia-mundo maciça, foi inapelavelmente abalada, virou as costas a uma certa forma de economia e de ação aberta às facilidades do mar. No coração do território enraizou-se uma metrópole surda, emparedada, que tudo atraía para si. Escolha consciente ou inconsciente, mas certamente decisiva. Na competição pelo cetro do mundo, foi naquele momento que a China perdeu uma partida em que tinha entrado sem saber, com as expedições marítimas do princípio do século XV, a partir de Nanquim.

É uma aventura análoga à que foi selada pela opção de Filipe II, em 1582. Num momento em que a Espanha, *politicamente*, dominava a Europa, Filipe II conquistou Portugal (1580) e instalou seu governo em Lisboa, onde residirá durante quase três anos. Lisboa adquiriu enorme importância. De frente para o oceano, é o lugar ideal para se controlar e dominar o mundo. Valorizada pelo rei e pelas presenças governamentais, a frota hispânica expulsará os franceses dos Açores, em 1583, e os prisioneiros serão, sem qualquer outra forma de processo, enforcados nas vergas dos navios. Assim, sair de Lisboa, em 1582, era abandonar uma posição de onde se dominava a economia do Império para encerrar a força espanhola no coração praticamente imóvel de Castela, em Madri. Que erro! A Invencível Armada, longamente preparada, corre em 1588 para sua desgraça. A ação espanhola sofreu com esse recuo, e os contemporâneos tiveram consciência disso. Na época de Fili-



*Símbolo do poder inglês sobre o mar: a derrota da Invencível Armada. Detalhe de uma tela de anônimo do National Maritime Museum de Greenwich (Londres). (Clichê do museu)*

pe IV ainda se encontravam interessados para recomendar ao Rei Católico<sup>28</sup> que realizasse o “velho sonho português” de transferir de Madri para Lisboa o centro da sua monarquia. “A nenhum príncipe o poder marítimo importa tanto quanto ao da Espanha”, escreve um deles, “pois só pelas forças marítimas se criará um corpo único com tantas províncias tão afastadas umas das outras”<sup>29</sup>. Retomando a mesma idéia, em 1638, um escritor militar antecipa a linguagem do almirante Mahan: “O poder que mais convém às armas da Espanha é o que se situa no mar, mas essa ma-

téria de Estado é tão conhecida que não irei discuti-la, mesmo julgando que este é o lugar oportuno para tal<sup>30</sup>.

Epilogar sobre o que poderia ter acontecido mas não aconteceu é um jogo. O certo é que, se Lisboa, amparada pela presença do Rei Católico, tivesse saído vitoriosa, não teria havido Amsterdam, pelo menos não tão cedo. Com efeito, no centro de uma economia-mundo só pode haver um pólo de cada vez. O sucesso de um é, num prazo mais ou menos longo, o recuo do outro. No tempo de Augusto, através do Mediterrâneo romano, Alexandria joga contra Roma, que irá ganhar. Na Idade Média, na luta pela posse da riqueza explorável do Oriente, é necessário que triunfe uma cidade, Gênova ou Veneza. O prolongado duelo entre as duas não se decidirá até o fim da guerra de Chioggia (1378-1381), que assistirá à brusca vitória de Veneza. Os Estados-cidades da Itália disputaram a supremacia com uma dureza tal que os seus herdeiros, os Estados e nações modernos, não virão a ultrapassar.

Essas evoluções no sentido do triunfo ou do fracasso correspondem a verdadeiras convulsões. Se cai a capital de uma economia-mundo, fortes abalos se registram ao longe, até a periferia. Aliás, é nas margens, colônias verdadeiras ou pseudocolônias, que o espetáculo tende sempre a ser mais revelador. Veneza perde o seu cetro, perde o seu Império: Negroponto, em 1540; Chipre (que era o seu florão), em 1572; Cândia, em 1669. Amsterdam estabelece a sua superioridade: Portugal perde o seu Império do Extremo Oriente, mais tarde fica a dois passos de perder o Brasil. A França, em 1762, perde o primeiro lance sério no seu duelo contra a Inglaterra: renuncia ao Canadá e, praticamente, a qualquer futuro na Índia. Londres, em 1815, afirma-se na plenitude da sua força: a Espanha, no momento oportuno, perdeu ou perderá a América. Do mesmo modo, depois de 1929, o mundo, ainda na véspera centrado em Londres, começa a se recentrar em Nova York: depois de 1945, os Impérios coloniais da Europa serão, um após outro, o inglês, o holandês, o belga, o francês, o espanhol (ou o que dele restava), agora o português. Esta repetição dos abandonos coloniais não é fortuita; trata-se de cadeias de dependências que se romperam. Será muito difícil imaginar as repercussões que hoje acarretariam para todo o universo o fim da hegemonia "americana"?

*Segunda regra (continuação e fim):  
dominações urbanas mais ou menos completas*

A expressão cidades dominantes não deve fazer crer que se trate sempre do mesmo tipo de sucessos e de forças urbanas: ao longo da história, essas cidades centrais vão sendo mais ou menos bem armadas e as suas diferenças e insuficiências relativas, vistas de perto, introduzem a reinterpretações bastante corretas.

Tomando a seqüência clássica das cidades dominantes do Ocidente, Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdam, Londres, das quais voltaremos a falar detidamente, verificaremos que as três primeiras não possuem o arsenal completo da dominação econômica. No fim do século XIV, Veneza é uma cidade mercantil em plena expansão; mas só em parte é afetada e animada pela indústria e, embora tenha um enquadramento financeiro e bancário, este sistema de crédito só funciona no interior da economia veneziana, é um motor endógeno. Antuérpia, praticamente des-

provida de marinha, abrigou o capitalismo mercantil da Europa e foi, para os tráficos e para os negócios, uma espécie de albergue espanhol. Todos encontraram lá o que levaram para lá. Gênova exercerá, mais tarde, apenas uma primazia bancária, a exemplo de Florença nos séculos XIII e XIV e, se desempenhou os papéis principais, foi por ter como cliente o rei da Espanha, dono dos metais preciosos, e também por ter havido, entre os séculos XVI e XVII, uma espécie de indecisão quanto à fixação do centro de gravidade da Europa: Antuérpia deixara de desempenhar esse papel, Amsterdam ainda não o desempenhava — era uma espécie de entreato. Com Amsterdam e Londres, as cidades-mundos já possuem o arsenal completo do poderio econômico, tomaram tudo, desde o controle da navegação até a expansão mercantil e industrial e todo o leque dos créditos.

Outra coisa que varia, de uma dominação para outra, é o quadro do poder político. Desse ponto de vista, Veneza tinha sido um Estado forte, independente; no princípio do século XV, apoderara-se da Terra Firme, proteção vasta e próxima dela desde 1294, dispunha de um Império colonial. Em contrapartida, Antuérpia não terá, por assim dizer, nenhum poder político ao seu dispor. Gênova é apenas um esqueleto territorial: renunciou à independência política, apostando num outro instrumento de dominação, que é o dinheiro. Amsterdam atribui-se, de certo modo, a propriedade das Províncias Unidas, queiram elas ou não. Mas, enfim, o seu “reino” não representa mais do que a *Terraferma* veneziana. Com Londres tudo muda, pois a enorme cidade dispõe do mercado nacional inglês e, depois, do conjunto das ilhas Britânicas, até o dia em que, o mundo mudando de escala, este aglomerado de poder não será mais do que a pequena Inglaterra em face de um mastodonte: os Estados Unidos.

Resumindo, acompanhada em suas linhas gerais, a história sucessiva das cidades dominantes da Europa, a partir do século XIV, desenha antecipadamente a evolução das economias-mundos subjacentes, mais ou menos ligadas e tensas, oscilando entre centragens fortes e centragens fracas. Essa sucessão esclarece também, de passagem, os valores variáveis das armas da dominação: navegação, negócios, indústria, crédito, poder ou violência política...

### *Terceira regra: as diversas zonas são hierarquizadas*

As diversas zonas de uma economia-mundo estão voltadas para um mesmo ponto, o centro: “polarizadas”, constituem já um conjunto com múltiplas coerências. Como dirá a Câmara de Comércio de Marselha (1763): “Todos os comércios estão ligados e, por assim dizer, de mãos dadas”<sup>31</sup>. Um século antes, em Amsterdam, um observador já deduzia do caso da Holanda que havia “uma tal ligação entre todas as partes do comércio do universo que ignorar algumas delas era conhecer mal as outras”<sup>32</sup>.

E, uma vez estabelecidas, as ligações perduram.

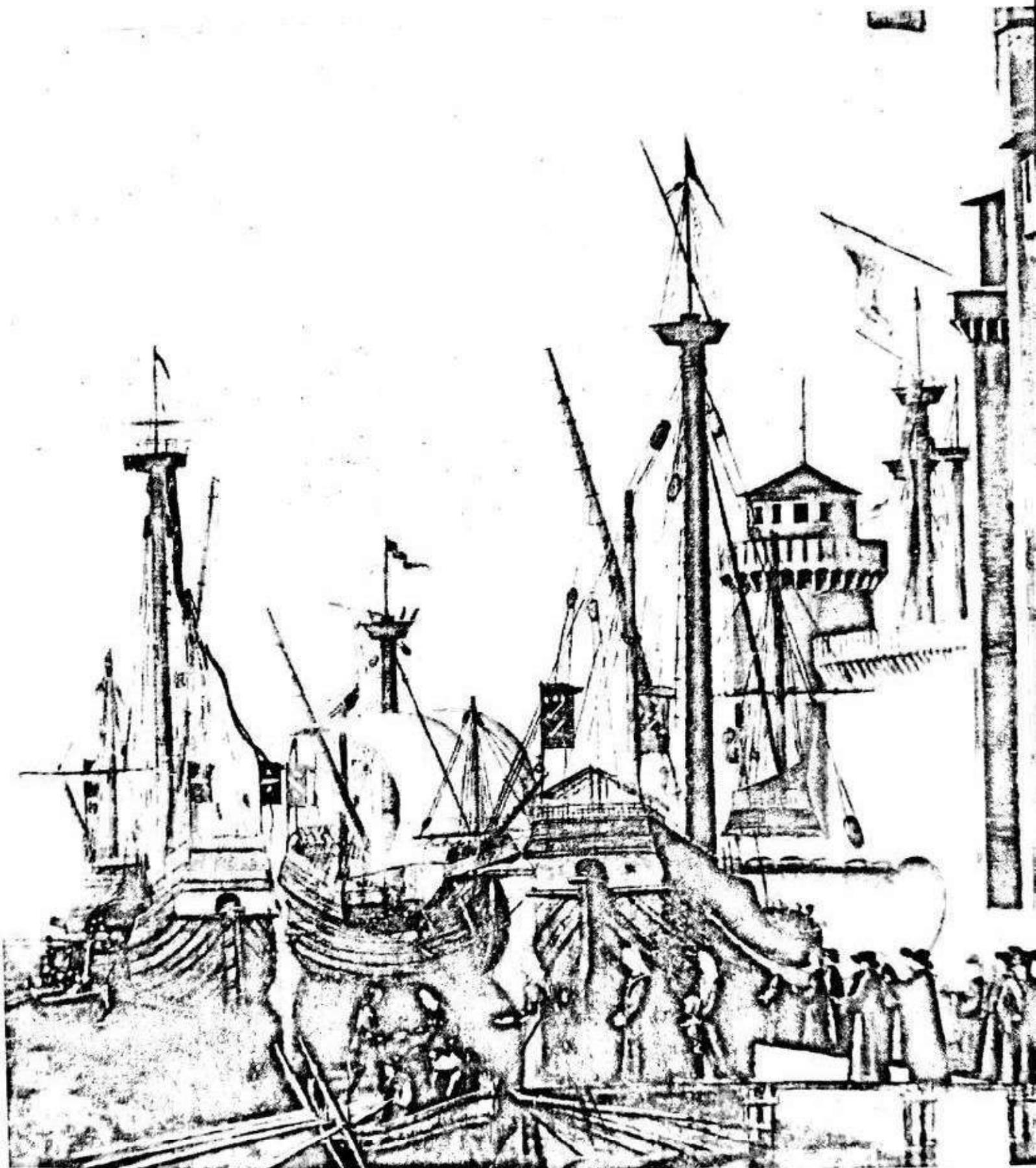
Uma certa paixão fez de mim um historiador do Mediterrâneo da segunda metade do século XVI. Em espírito, naveguei, aportei, fiz trocas, vendi em todos os portos, durante um bom meio século. Depois precisei abordar a história do Mediter-

râneo dos séculos XVII e XVIII. Pensei que a sua singularidade fosse me desorientar, que me seria necessária uma nova aprendizagem para me localizar nela. Ora, logo percebi que estava em território conhecido, em 1660, em 1670 ou mesmo em 1750. O espaço básico, os itinerários, os tempos de trajeto, os produtos, as mercadorias trocadas, as escalas, tudo, ou quase tudo, permanecia no mesmo lugar. Ao todo, algumas alterações aqui e ali, mas relevante quase só a da superestrutura, o que é ao mesmo tempo muito e quase nada, ainda que esse quase nada — o dinheiro, os capitais, o crédito, uma demanda aumentada ou diminuída deste ou daquele produto — pudesse dominar uma vida espontânea, terra a terra e como que “natural”. Esta, porém, prossegue sem saber ao certo que os verdadeiros senhores já não são os da véspera, pelo menos sem se preocupar muito com isso. Se o azeite da Apúlia, no século XVIII, é exportado para o norte da Europa por Trieste, Ancona, Nápoles, Ferrara e, muito menos, para Veneza<sup>33</sup>, por certo isso conta, mas terá alguma importância para os camponeses dos olivais?

É através dessa experiência que explico a construção das economias-mundos e dos mecanismos graças aos quais o capitalismo e a economia de mercado coexistem, se interpenetram, sem nunca se confundirem. De maneira rasa e ao sabor da corrente, séculos e séculos organizaram cadeias de mercados locais e regionais. Essa economia local que gira por si mesma segundo as suas rotinas está destinada a ser periodicamente objeto de uma integração, de um reordenamento “racional” em benefício de uma zona e de uma cidade dominantes, e isso por um ou dois séculos, até o surgimento de um novo “organizador”. É como se a *centralização* e a *concentração*<sup>34</sup> dos recursos e das riquezas se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da *acumulação*.

Um caso significativo, para nos mantermos no âmbito do exemplo precedente, foi a utilização do Adriático em benefício de Veneza. Esse mar, que a Senhoria controla pelo menos a partir de 1383, com a tomada de Corfu, e que, para ela, é uma espécie de *mercado nacional*, ela chama de “o seu golfo” e diz tê-lo conquistado à custa do seu próprio sangue. Só nos dias de tempestade de inverno ela interrompe a ronda das suas galeras de proa dourada. Mas esse mar não foi inventado por Veneza: as cidades que o bordejam não foram criadas por ela; as produções das regiões litorâneas, as suas trocas e mesmo os seus povos de marinheiros, ela já encontrou constituídos. Bastou-lhe tomar nas mãos, tal como outros tantos fios, os tráficos instalados antes da sua intrusão: o azeite da Apúlia, a madeira de construção naval das florestas do monte Gargano, as pedras da Ístria, o sal demandado por homens e rebanhos de uma e outra margem, os vinhos, o trigo... Reuniu também mercadores viajantes, centenas, milhares de barcos e de veleiros, e tudo isso ela remodelou depois conforme suas próprias necessidades e integrou em sua própria economia. Essa apropriação é o processo, o “modelo” que preside à construção de qualquer economia-mundo, com os seus monopólios evidentes. A Senhoria pretense para o seu controle, seja qual for seu destino: empenha-se, luta incansavelmente contra Segna e Fiume, cidades do banditismo, e não menos contra Trieste, Ragusa e Ancona, rivais mercantes<sup>35</sup>.

Reencontramos em outros lugares o esquema da dominação veneziana. Baseia-se essencialmente numa dialética oscilante entre uma economia de mercado



*Barcos de fundo redondo acostam em Veneza. V. Carpaccio, Lenda de Santa Ursula, detalhe da partida dos noivos. (Foto Anderson-Giraudon)*

que se desenvolve quase por si, espontaneamente, e uma economia predominante, que coroa essas atividades menores, que as orienta e as tem à sua mercê. Falávamos do azeite da Apúlia, durante muito tempo açambarcado por Veneza. Ora, pensemos que, para fazer isso, Veneza, por volta de 1580, tinha na região produtora mais de 500 mercadores bergamascos<sup>36</sup>, seus súditos, ocupados em coletar, armazenar, organizar as expedições. A economia superior envolve pois a produção, dirige seu escoamento. Para se sair bem, todos os meios lhe servem, particularmente os créditos concedidos com bom fundamento. Não foi de outro modo que os ingleses estabeleceram sua supremacia em Portugal, depois do tratado de *lord Methuen* (1703). Ou que os americanos expulsaram os ingleses da América do Sul, depois da Segunda Guerra Mundial.

### *Terceira regra (continuação): zonas à Thünen*

Talvez possamos pedir uma explicação (não a explicação) a Johann Heinrich von Thünen (1780-1851), ao lado de Marx, o maior economista alemão do século XIX<sup>37</sup>. Seja como for, qualquer economia-mundo obedece ao esquema que ele traçou na sua obra *Der isolierte Staat* (1826), onde escreve: "Imaginemos uma grande cidade no meio de uma planície fértil, que não seja atravessada por um rio navegável nem por um canal. Essa planície é constituída por um solo perfeitamente idêntico a si mesmo e adequado ao cultivo em toda a sua extensão. A uma distância bastante grande da cidade, a planície termina no limite de uma zona selvagem, inculta, que separa completamente o nosso Estado do resto do mundo. Além disso, a planície não comporta qualquer cidade, além da grande cidade citada"<sup>38</sup>. Saudemos, uma vez mais, essa necessidade que a economia tem de sair do real para depois o compreender melhor<sup>39</sup>.

A cidade única e o campo único atuam um sobre o outro como vasos comunicantes. Sendo as atividades determinadas apenas pela distância (uma vez que não há diferença de solos que predisponha esta ou aquela parte para determinada cultura), zonas concêntricas desenham-se por si sós, a partir da cidade: primeiro círculo, os pomares, as hortas (anexas ao espaço urbano, invadindo mesmo os seus interstícios livres), mais a produção leiteira; a seguir, segundo e terceiro círculos, os cereais, a pecuária: temos diante dos olhos um microcosmo cujo modelo pode-se aplicar, como fez G. Niemeier<sup>40</sup>, a Sevilha e a Andaluzia; ou, como esboçamos, às regiões que abastecem Londres ou Paris<sup>41</sup>, ou, na verdade, qualquer outra cidade. A teoria se adequa à realidade na medida em que o modelo proposto é quase vazio e em que, para retomar mais uma vez a imagem do albergue espanhol, cada qual leva consigo tudo o que vai usar.

Não criticarei o modelo de Thünen por não dar lugar à implantação e ao desenvolvimento da indústria (que existe muito antes da revolução inglesa do século XVII) ou por descrever um campo abstrato em que a distância — *deus ex machina* — descreve por si mesma círculos de atividades sucessivas e em que não aparecem burgos nem aldeias, isto é, nenhuma das realidades humanas do mercado. Com efeito, qualquer transposição para um exemplo real desse modelo excessivamente

simplificado permite reintroduzir esses elementos ausentes. Em contrapartida, criticá-lo-ei por um conceito tão forte como o de *desigualdade* não entrar em lugar nenhum do esquema. A desigualdade entre as zonas é patente, mas admitida sem explicação. A “grande cidade” domina o seu campo, e ponto final. Mas por que o domina? A troca cidade-campo que cria a circulação elementar do corpo econômico é um belo exemplo, diga o que disser Adam Smith<sup>42</sup>, de troca desigual. Essa desigualdade tem as suas origens, a sua gênese<sup>43</sup>. A esse respeito, os economistas desprezam excessivamente a evolução histórica que, sem sombra de dúvida, teve desde muito cedo algo a dizer.

### *Terceira regra (continuação): o esquema espacial da economia-mundo*

Uma economia-mundo é um encaixe, uma justaposição de zonas ligadas entre si, mas a *níveis diferentes*. Desenham-se no local três “áreas”, três categorias pelo menos: um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores. E, obrigatoriamente, as qualidades e características da sociedade, da economia, da técnica, da cultura, da ordem política, mudam conforme nos deslocamos de uma zona para outra. Estamos perante uma explicação de grande alcance, a mesma que serviu a Immanuel Wallerstein para construir toda a sua obra, *The modern World-system* (1974).

O centro, o “coração”, reúne tudo o que há de mais avançado e de mais diversificado. O anel seguinte só tem uma parte dessas vantagens, embora participe delas: é a zona dos “brilhantes secundários”. A imensa periferia, com os seus povoaamentos pouco densos, é, pelo contrário, o arcaísmo, o atraso, a exploração fácil por parte dos outros. Essa geografia discriminatória ainda hoje logra e explica a história geral do mundo, se bem que esta, ocasionalmente, também crie por si mesma o logro com a sua convivência.

A região central nada tem de misterioso: quando Amsterdam é o “entreposto” do mundo, as Províncias Unidas (ou pelo menos as mais ativas) são a zona central; quando Londres impõe sua supremacia, a Inglaterra (quando não todas as ilhas Britânicas) situa-se no coração do conjunto. Quando Antuérpia, no princípio do século XVI, desperta, uma bela manhã, no centro dos tráficos da Europa, os Países Baixos, como dizia Henri Pirenne, tornam-se “o subúrbio de Antuérpia”<sup>44</sup> e o grande mundo sua área metropolitana. A “força [...] de absorção e de atração desses pólos de crescimento”<sup>45</sup> é evidente.

A delimitação é mais difícil, em contrapartida, quando se trata de situar em toda a sua espessura, nas imediações dessa zona central, as regiões que lhe são contíguas, inferiores a ela, mas às vezes bem pouco, e que, tendendo a juntar-se a ela, pressionam-na por todos os lados, movem-se mais que as outras. As diferenças nem sempre são pronunciadas: para Paul Bairoch<sup>46</sup>, os desníveis entre estas zonas econômicas eram outrora bem mais tênues do que hoje; Hermann Kellenbenz chega a duvidar da sua realidade<sup>47</sup>. Todavia, abruptas ou não, há diferenças, como atestam os critérios dos preços, dos salários, dos níveis de vida, do produto nacional, da

renda *per capita*, da balança comercial, pelo menos sempre que os números estão ao nosso alcance.

Mas o critério mais simples, se não o melhor, pelo menos o mais imediatamente acessível, é a presença ou ausência, numa determinada região, de colônias mercantis *estrangeiras*. Quando está bem colocado em determinada cidade, em determinado país, o mercador estrangeiro indica por si só a inferioridade dessa cidade ou país relativamente à economia de que ele é representante ou emissário. Temos muitos exemplos dessas superioridades: os mercadores banqueiros genoveses em Madri, no tempo de Filipe II; os mercadores holandeses em Leipzig no século XVII; os mercadores ingleses em Lisboa no século XVIII; ou os italianos, sobretudo esses, em Bruges, em Antuérpia, em Lyon ou em Paris (pelo menos até Mazarino). Por volta de 1780, “em Lisboa e em Cádiz todas as casas de comércio são estabelecimentos estrangeiros”, *Alle Häuser fremde Comptoirs sind*<sup>48</sup>. A situação é a mesma, ou quase a mesma, em Veneza, no século XVIII<sup>49</sup>.

Pelo contrário, as ambigüidades dissipam-se quando penetramos nas regiões periféricas. Aí, o erro é impossível: são regiões pobres, arcaizantes, onde o estatuto social dominante é muitas vezes a servidão ou mesmo a escravatura (só há camponeses livres, ou ditos livres, no coração do Ocidente). São regiões que mal entraram na economia monetária. Regiões em que a divisão do trabalho mal começou; em que o camponês se ocupa de todos os ofícios ao mesmo tempo; em que os preços monetários, quando praticados, são irrisórios. Aliás, toda a vida muito barata é, por si só, sinal de subdesenvolvimento. Um pregador húngaro, Martino Szepsi Combor, voltando a seu país em 1618, “observa o alto nível do preço dos produtos alimentares, na Holanda e na Inglaterra; a situação começa a mudar na França, a seguir na Alemanha, na Polônia e na Boêmia, o pão continuando a baixar de preço ao longo de toda a viagem, até a Hungria”<sup>50</sup>. A Hungria já é quase o ponto mais baixo da escala. Mas podemos ir ainda mais longe: em Tobolsk, na Sibéria, “as coisas necessárias à vida são tão baratas que um homem comum pode viver muito bem com dez rublos por ano”<sup>51</sup>.

As regiões atrasadas, à margem da Europa, oferecem numerosos modelos de economia marginal. A Sicília “feudal” no século XVIII; a Sardenha, em qualquer época que se queira; os Bálcãs turcos; o Meclemburgo, a Polônia, a Lituânia, vastas regiões drenadas em benefício dos mercados do Ocidente, condenadas a conceder as suas produções menos às necessidades locais do que à procura dos mercados externos; a Sibéria, explorada pela economia-mundo russa. Mas também ilhas venezianas do Levante, onde a demanda externa de uvas passas e de vinhos licorosos consumidos até na Inglaterra impôs, desde o século XV, uma monocultura invasiva, destruidora dos equilíbrios locais.

Claro que em qualquer parte do mundo há *periferias*. Tanto antes como depois de Vasco da Gama, os negros, pesquisadores de ouro e caçadores, das regiões primitivas do Monomotapa, na costa oriental da África, trocam o metal amarelo e o marfim por tecidos de algodão da Índia. Nos seus confins, a China não cessa de se estender e de invadir as regiões “bárbaras”, que é como os textos chineses as qualificam. Com efeito, a visão chinesa, quanto a esses povos, é a mesma dos gregos da época clássica quanto às populações que não falavam grego: no Vietnã ou na Insulândia, só há bárbaros. No Vietnã, entretanto, os chineses distinguem entre bár-

baros achinados e bárbaros não-achinados. Segundo um historiador chinês do século XVI, os seus compatriotas “chamavam bárbaros *crus* aos que se mantinham independentes, conservando os seus costumes primitivos, e bárbaros *cozidos* aos que tinham aceitado mais ou menos a civilização chinesa, submetendo-se ao Império”. Aqui, política, cultura, economia, modelo social são conjuntamente levados em conta. Jacques Dournes explica que *cru* e *cozido*, nesta semântica, é também a oposição cultura-natureza, assinalando-se a *cru*eza, acima de tudo, pela nudez dos corpos: “Quando os Pötao [“reis” das montanhas] pagarem tributo à corte [achinada] de Anam, esta os cobrirá com roupas”<sup>52</sup>.

Constatam-se também relações de dependência na grande ilha de Hainan, vizinha do litoral sul da China. Montanhosa, independente no seu centro, a ilha é povoada por não-chineses, na realidade primitivos, ao passo que a região baixa, cortada pelos arrozais, já está nas mãos de camponeses chineses. Os montanheses, saqueadores por vocação mas ocasionalmente também perseguidos como animais selvagens, gostam de trocar madeiras duras (madeira de águila e de *calamba*) e ouro em pó mediante uma espécie de comércio mudo, os mercadores chineses devendo depor “primeiro os seus panos e mercadorias nas suas montanhas”<sup>53</sup>. Salvo quanto à transação muda, essas trocas assemelham-se às da costa atlântica do Saara, no tempo de Henrique, o Navegador, quando se começaram a trocar por tecidos, panos e mantas de Portugal o ouro em pó e os escravos negros que os berberes nômades levavam até a costa.



*Um “bárbaro rude”*: desenho chinês que representa um cambodjano seminú com uma concha na mão. Gravura tirada do *Tche Kong Tu*. (B.N.)

*Terceira regra (continuação):  
zonas neutras?*

Todavia, as zonas atrasadas não se distribuem exclusivamente pelas verdadeiras periferias. Com efeito, elas crivam as próprias zonas centrais de numerosas manchas regionais, com a modesta dimensão de uma “província” ou de um cantão, de um vale isolado na montanha ou de uma zona pouco acessível porque situada fora das vias de passagem. *Todas* as economias avançadas ficam assim como que perfuradas por muitos poços, fora do *tempo do mundo* e onde o historiador que procura um passado quase sempre inapreensível tem a impressão de mergulhar como nas pescas submarinas. Empenhei-me, durante estes últimos anos e bem mais do que levariam a supor os dois primeiros volumes desta obra, em compreender esses destinos elementares, todo esse tecido histórico particular que nos situa abaixo ou à margem do mercado, já que a economia das trocas contorna essas regiões à parte — aliás, de um ponto de vista humano, nem mais infelizes nem mais felizes do que as outras, como eu já disse mais de uma vez.

Mas essa pesca raramente é frutuosa: faltam os documentos, os detalhes que se recolhem são mais pitorescos do que úteis. Ora, o que desejaríamos reunir são elementos para julgar a espessura e a natureza da vida econômica nas imediações desse plano zero. Claro que é pedir muito. Não há dúvida, entretanto, quanto à existência dessas zonas “neutras” quase fora das trocas e das misturas. No território francês, mesmo no século XVIII, esses universos aberrantes encontram-se tanto no terrível interior da Bretanha como no maciço alpestre do Oisans<sup>54</sup> ou no vale do Morzine<sup>55</sup>, para além do colo de Montets, ou no vale superior de Chamonix, tão fechado ao mundo exterior antes do início do alpinismo. Um encontro em 1970, em Cervières, no Briançonnais, com uma comunidade de camponeses da montanha que “continuava a viver num ritmo ancestral, segundo as mentalidades do passado, e a produzir segundo técnicas agrícolas antigas, sobrevivente [em suma] do naufrágio generalizado de suas vizinhas”: eis a sorte inaudita que teve uma historiadora, Colette Baudouy<sup>56</sup>. E soube aproveitá-la bem.

Seja como for, o fato de existirem tais *isolats* na França de 1970 recomenda que não nos surpreendam, na Inglaterra, mesmo nas vésperas da Revolução Industrial, as regiões atrasadas que a cada passo surgem diante do viajante ou do pesquisador. David Hume<sup>57</sup> (1711-1776) observava, em meados do século XVIII, que na Grã-Bretanha e na Irlanda não faltavam regiões em que a vida era tão barata quanto na França, o que é uma maneira indireta de falar de regiões que hoje chamaríamos de “subdesenvolvidas”, onde a vida permanece tradicional, onde os camponeses têm ao seu dispor os recursos da caça abundante, dos salmões e das trutas que pululam nos rios. Quanto às pessoas, deve-se falar de selvageria. É o caso da região de Fens, na orla do golfo de Walsh, num momento em que são empreendidas na região numerosas melhorias à holandesa, no início do século XVII: obras de hidráulica fazem surgir campos capitalistas num lugar em que até então havia homens livres, habituados à pesca e à caça da fauna aquática. Esses primitivos irão lutar ferozmente para preservar sua vida, atacando engenheiros e empreiteiros, perfurando os diques, assassinando os operários malditos<sup>58</sup>. Tais conflitos, modernização contra arcaísmo, reproduzem-se ainda diante dos nossos olhos tanto na Campânia



*Encontro de duas economias-mundos: um mercador do Ocidente nos lugares de produção das especiarias. Ilustração do Livro das Maravilhas, Marco Polo, século XV. B.N., Ms fr. 2810. (Clichê B.N.)*

interior como em outras regiões do mundo<sup>59</sup>. No entanto, essas violências são *relativamente* raras. Geralmente, a “civilização”, quando precisa, tem muitos meios de seduzir e de penetrar nas regiões que durante muito tempo deixara abandonadas a si mesmas. Mas será o resultado tão diferente?

### *Terceira regra (continuação e fim): invólucro e infra-estrutura*

Uma economia-mundo apresenta-se como um imenso invólucro. Ela deveria *a priori*, dados os meios de comunicação de outrora, reunir forças consideráveis para

assegurar seu bom andamento. Ora, incontestavelmente ela funciona, embora só tenha densidade e espessura, resultados e forças eficazes na zona central e nas regiões que a rodeiam de perto. E estas, além disso, quer as observemos no círculo de Veneza, de Amsterdam ou de Londres, compreendem zonas de economias menos vivas, menos bem ligadas aos centros de decisão. Ainda hoje os Estados Unidos têm suas regiões subdesenvolvidas no interior de suas próprias fronteiras.

Portanto, quer se considere uma economia-mundo, exposta na superfície do globo, ou nas profundezas de sua zona central, o mesmo espanto se impõe: a máquina funciona e, contudo (pensemos sobretudo nas primeiras cidades dominantes do passado europeu), dispõe de pouca potência. Como terá sido possível tal sucesso? A pergunta ressurgirá ao longo de toda esta obra, sem que nossas respostas possam ser peremptórias: a Holanda conseguindo levar as suas vantagens comerciais até ao interior da França hostil de Luís XIV, a Inglaterra apoderando-se da Índia imensa, são proezas, é certo, e no limite do incompreensível.

No entanto, talvez seja lícito sugerir uma explicação por intermédio de uma imagem.

Tomemos um bloco de mármore<sup>60</sup>, escolhido nas pedreiras de Carrara por Michelangelo ou por um dos seus contemporâneos: um gigante por seu peso que, no entanto, será retirado por meios elementares, depois deslocado graças a forças certamente modestas: um pouco de pólvora há muito utilizada nas pedreiras e minas, duas ou três alavancas, uma dezena de homens (se tanto), cordas, animais atrelados, toras de madeira para uma rolagem eventual, um plano inclinado — e está feito! Está feito porque o gigante está preso ao chão por seu peso; porque ele representa uma força enorme, mas imóvel, neutralizada. E a massa das atividades elementares não está também encurralada, cativa, presa ao chão e, por isso, mais facilmente manobrável a partir *de cima*? Os aparelhos e alavancas que permitem essas proezas são um pouco de dinheiro sonante, de metal branco que chega a Danzig ou a Messina, a oferta tentadora de um crédito, de um pouco de dinheiro “artificial”, ou a de um produto raro e cobiçado... Ou o próprio sistema dos mercados. No final das cadeias mercantis, os preços altos são incitações contínuas: um sinal e tudo se põe em movimento. Acrescente-se a força do hábito: a pimenta e as especiarias passaram séculos apresentando-se às portas do Levante para lá encontrar o precioso metal branco.

Claro que também há violência: as esquadras portuguesas ou holandesas facilitaram as operações comerciais bem antes da “era da canhoneira”. Mas, com maior frequência ainda, foram meios aparentemente modestos que manobraram as economias dependentes. Com efeito, a imagem vale para todos os mecanismos da economia-mundo, tanto para o centro com relação às periferias como para o centro mesmo. E as periferias também o estão. Um côsul russo<sup>61</sup> escreve: “É notório que em Palermo quase todos os artigos são 50% mais caros do que em Nápoles”. Mas corretivo “quase” implica. Cabe a nós imaginar a resposta e os movimentos que podem ser acarretados por esses desníveis entre as capitais dos dois reinos que constituem o sul desfavorecido da Itália.